

## Conselho Fiscal - COFIS

Ata da 7ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal da Cearaprev - COFIS, realizada no dia 10 de junho de 2024.

Dia dez (10) do mês de junho de 2024, às 14:00hs, no Ambiente Virtual fornecido pelo software Google Meet, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal da Cearaprev - COFIS: **Marcelo de Sousa Monteiro** (Conselheiro Titular - Presidente do COFIS), **Átila Einstein Oliveira** (Conselheiro Titular), **Pedro Paulo Lopes Vieira** (Conselheiro Titular). Como convidados, **Adriano Pinheiro** (Presidente da Cearaprev), **Paulo Sucupira** (Diretor de Gestão de Investimentos da Cearaprev), **Sérgio Bastos** (Assessor de Controle Interno), **Oscar Saldanha** (Diretor Administrativo-Financeiro), **Adriano Pinheiro** (Diretor de Desenvolvimento Institucional e Governança), **Jeffson Holanda** (Diretor de Serviços e Qualidade de Vida), **Câmara Júnior** (Diretor de Governança e Análise de Dados), **Paula Thiers** (Assessora Especial), **Ronialison Queiroz** (Diretoria de Gestão de Investimentos), **Larissa Mendonça** (Diretoria de Gestão de Investimentos), **Thiago Monteiro** (Assessor Especial da Contabilidade), **Elayne Nagle** (Assessoria de Comunicação) e **Robson Melo** (Assessoria de Comunicação). **A reunião foi gravada pelo ambiente virtual e encontra-se mantida nos arquivos da Cearaprev que estão na nuvem do Google Drive.** Verificada a existência de quorum, deu-se início aos trabalhos para análise dos tópicos da pauta do dia: **1)** Registro da aprovação e assinatura das atas da 5ª Reunião Extraordinária e da 6ª Reunião Ordinária; **2)** Desempenho da Carteira PREVID, referente ao 1º trimestre de 2024 (Situação dos Investimentos no Exercício de 2024); **3)** Informes do Controle Interno Setorial sobre as Prestações de Contas Anuais de Gestão; **4)** Outros informes. Os materiais anexos à pauta foram enviados previamente aos membros do Comitê via e-mail e whatsapp. Fazendo uso da palavra, o Presidente Marcelo cumprimentou os Conselheiros(as) presentes e deu abertura aos trabalhos. Paula Thiers prosseguiu registrando a presença dos membros e convidados. Antes de iniciar os tópicos da pauta, o Conselheiro Pedro Paulo tomou a palavra para citar a revisão da Segregação da Massa, temática relevante para a Cearaprev mas que não foi mostrada em reunião do Conselho Fiscal. Ressaltou que, por mais que seja um assunto que precise de deliberação apenas do Conselho Deliberativo, é de interesse deles ter a ciência do tema e poder fazer colocações pertinentes. Marcelo concorda com a abordagem e enfatiza a importância dos posicionamentos e orientações do COFIS nas decisões da Fundação, até porque os Conselheiros são instituídos como parte da Estrutura de Governança da Cearaprev. O Presidente da Cearaprev, Adriano, também fez colocações sobre o tema, solicitando aos Assessores Sérgio e Paula que se atentassem em levar assuntos de

relevância para o Conselho, nas reuniões. Marcelo prosseguiu mostrando as atribuições do Conselho, de acordo com o Decreto 33.919/2021 e com o Certificado Pró-Gestão, de modo a concretizar tais funções. Após tais declarações introdutórias, Paula Thiers tomou a palavra para dar início ao primeiro tópico da pauta, no qual mostrou e explicou as **1)** atas para aprovação, sendo aprovada pelos conselheiros, foi dada continuidade a reunião com o segundo item, apresentado por Paulo Sucupira sobre **2)** o desempenho da Carteira PREVID, referente ao 1º trimestre de 2024. Paulo relatou que a carteira PREVID encerrou o trimestre com um valor de R\$ 1.487.578.188,92. A rentabilidade da carteira foi de 2,63% e a volatilidade 0,84%. Ele destacou que os Títulos Públicos adquiridos e marcados a mercado, apresentaram rentabilidade negativa no período devido às flutuações do mercado durante o trimestre. Os demais, que foram marcados na curva, não sofreram variações negativas, permanecendo positivas, já que a rentabilidade desses fundos foi estabelecida previamente, sendo esta distribuída ao longo do período até seu vencimento. O trimestre terminou com R\$ 980.273.731,51 em Títulos do Tesouro Artigo 7º I, Alínea “a” com a rentabilidade de 2,62%, correspondendo a 65,90% da carteira. Os fundos de investimentos compostos por 100% Títulos Públicos Artigo 7º I, Alínea “b” tiveram uma rentabilidade de 2,36% no trimestre, um volume de R\$ 345.087.744,42, correspondendo a 23,20% da carteira. O Sr. Átila questionou o motivo da aquisição desses títulos a mercado. Sucupira respondeu que a decisão de comprar os títulos marcados a mercado em setembro de 2023 foi baseada na tendência, à época, de que a queda da taxa de juros resultaria em uma valorização superior à marcação na curva. Essa decisão foi tomada após consulta à consultoria, que considerou interessante ter parte dos títulos marcados a mercado naquele momento. No entanto, com a mudança de rumo da política econômica, da política fiscal, e a manutenção dos juros americanos em níveis elevados, esses títulos públicos marcados a mercado não têm refletido bons resultados quanto os marcados na curva. Contudo, no momento da aquisição, o cenário econômico indicava que seria vantajoso adquirir esses títulos. Átila, então, perguntou se os títulos continuarão marcados a mercado ou se passarão a ser marcados na curva. Paulo Sucupira respondeu que está sendo analisada a possibilidade de mudar para marcação na curva, devido ao cenário atual. O Sr. Paulo Sucupira prosseguiu sua apresentação abordando os fundos de renda fixa vinculados ao CDI Artigo 7º III, Alínea “a”, mencionando três fundos específicos. O Fundo do Banco do Brasil BB PREVIDENCIÁRIO RF FLUXO FIC que é transitório, pois nele foram creditados os cupons do mês de fevereiro, sendo incluído apenas para compor o resultado do trimestre. Assim, os dois fundos principais são o BTG PACTUAL TESOURO SELIC FI RF REFERENCIADO DI, utilizado para receber os pagamentos de cupons dos Títulos Públicos e de novos recursos para aquisição de mais Títulos Públicos, tendo em vista que, o BTG Pactual é o nosso custodiante, e por fim, o fundo do Bradesco BRADESCO FI RF REFERENCIADO DI PREMIUM, que apresentou uma excelente performance ao longo do ano. Esse segmento encerrou o trimestre com R\$ 60.279.737,13, representando 4,05% da carteira. A renda fixa totalizou R\$ 1.385.641.213,06, correspondendo a 93,15% da carteira, com uma rentabilidade de 2,54%. Em seguida, Paulo discutiu o Fundo de ações conforme o Artigo 8º I, destacando que dois fundos, o BB AÇÕES CONSUMO FIC e o FIA CAIXA SMALL CAPS ATIVO, não tiveram um bom desempenho. **Ele**

ressaltou que a Diretoria de Investimentos em conjunto da Consultoria financeira, e os bancos credenciados e os gestores dos fundos em questão, vem acompanhando de perto esses dois produtos há algum tempo, elaborando relatório aprofundado para analisar a permanência ou não nesses ativos. A renda variável terminou o trimestre com uma rentabilidade negativa de -6,13% e um volume aplicado de R\$ 73.654.720,63. No final de março, em linha com a política de investimentos, foram alocados recursos em mais três fundos: BB AÇÕES DIVIDENDOS MIDCAPS FIC FI, BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FIA e SANTANDER FIC FI DIVIDENDOS VIP AÇÕES. O próximo item discutido foi o investimento no exterior Artigo 9º III, que contém um único fundo que é da Caixa Econômica, o FIA CAIXA INSTITUCIONAL BDR NÍVEL I. Este fundo está apresentando um excelente desempenho, com uma rentabilidade de 14,98% no 1º trimestre e um volume aplicado de R\$ 28.282.255,23, correspondendo a 1,90% da carteira. A apresentação seguiu com a exposição da composição da carteira no 1º trimestre, ativo por ativo. Os títulos públicos marcados na curva tinham em janeiro um saldo de R\$ 782.086.246,09 e evoluíram para R\$ 907.876.291,99 em março. Já os títulos públicos marcados a mercado tinham em janeiro um saldo de R\$ 74.649.251,95 e, devido à marcação a mercado, terminaram março com R\$ 72.397.439,52. O Fundo Caixa Brasil IRF-M 1 tinha em janeiro um saldo de 91.219.881,09 e, por ser o fundo caixa e terem sido resgatado recurso para outras aplicações, terminou março com R\$ 34.170.585,08 em março. O IRF-M 1+ é um fundo novo, com R\$ 26.417.779,00 em janeiro e R\$ 26.604.913,39 em março. O IRF-M, também novo, com R\$ 26.409.811,03 em janeiro, alcançando R\$ 26.657.193,85 em março. O fundo de Vértice FI CAIXA BRASIL 2024 IV TP RF, tinha em janeiro um saldo de 215.918.811,65 e está em março com R\$ 213.400.333,99. O Fundo de Vértice FI CAIXA BRASIL 2030 III TP RF, também da Caixa Econômica, terminou janeiro com R\$ 31.995.085,11 e em março com R\$ 31.314.879,51. O fundo de Vértice BB PREVIDENCIÁRIO XXI FI tinha em janeiro um saldo de R\$ 13.092.465,86 e em março R\$ 12.939.838,60. BTG PACTUAL TESOUREO SELIC, utilizado para adquirir Títulos Públicos, em janeiro tinha R\$ 9.700.016,19 e em março R\$ 4.525.752,66. O BRADESCO FI RF REFERENCIADO DI PREMIUM, tinha em janeiro 54.760.280,31, estando em março com R\$ 55.753.984,47. O fundo BB AÇÕES CONSUMO FIC, mencionado anteriormente, não está apresentando um bom desempenho, tendo em janeiro R\$ 11.130.192,5, finalizando o mês de março com R\$ 11.275.713,62. Em março, três novos fundos foram adquiridos: BB AÇÕES DIVIDENDOS MIDCAPS FIC FI, BB AÇÕES BOLSA AMERICANA FIA e SANTANDER FIC FI DIVIDENDOS VIP AÇÕES onde foram aplicados R\$ 20.000.000,00, R\$ 20.000.000,00 e R\$ 15.000.000,00, respectivamente. O Fundo FIA CAIXA SMALL CAPS ATIVO da Caixa Econômica, assim como o BB AÇÕES CONSUMO FIC, também não está com um bom desempenho, tendo em janeiro R\$ 7.221.957,40 e em março R\$ 7.401.328,44. Por outro lado, o CAIXA INSTITUCIONAL BDR NÍVEL I apresentou uma evolução significativa, R\$ 25.719.175,59 em janeiro, e em março R\$ 28.282.255,23. Por fim, o diretor Paulo Sucupira demonstrou o crescimento da carteira PREVID durante o trimestre, que iniciou janeiro com R\$ 1.370.320.953,85 e fechou março com R\$ 1.487.578.188,92. Esse crescimento se deve aos novos aportes realizados e aos rendimentos dos seus ativos. Paulo seguiu expondo as alocações por gestor, o Tesouro Nacional com 65,89% da carteira, seguido pela Caixa

Econômica com 24,73%, Banco do Brasil com 4,32%, Bradesco com 3,75%, Santander com 1,01% e BTG Pactual com 0,30%. Quanto à aderência das aplicações à política de investimentos, os Títulos Públicos tinham uma alocação alvo de 59,15% e em março constaram com 65,90%. Os Fundos de Renda Fixa compostos por Títulos Públicos tinham uma alocação alvo de 24,84%, encerrando março com 23,20%. Os Fundos de Renda Fixa referenciados DI tinham uma alocação alvo de 5,93% e terminaram março com 4,05%. O total de Renda Fixa tinha uma alocação alvo de 89,92%, e finalizaram março com 93,15%. A Renda Variável em Fundos de Ações tinha uma alocação alvo de 5,08% e terminou março com 4,95%. O BDR nível I, com indicação de saída de todos os recursos, tinha uma alocação de 0,00%, mas terminou o trimestre com 1,90%. O Crédito Consignado, com uma alocação alvo de 5,00%, ainda está em fase de implementação e de encaminhamento, não possuindo, portanto, nenhuma contratação realizada até o momento. Paulo continuou, abordando sobre a rentabilidade versus a meta atuarial durante o trimestre. A meta atuarial foi de 2,61%, a rentabilidade de 2,63%, portanto a meta atuarial foi atingida em 100,90%. Com relação aos indicadores, a rentabilidade da carteira ficou em 2,63%, IPCA 1,42%, a meta atuarial 2,61%, CDI 2,62% e a rentabilidade real da carteira 1,20%. Então o atingimento da meta atuarial ficou em 100,90%, atingimento em relação ao IPCA 186,08% e o atingimento em relação ao CDI, 100,44%. Desde o início do PREVID, em 2014, até março de 2024, a meta atuarial acumulada é de 165,63%, a rentabilidade acumulada é de 154,65% e o percentual de atingimento em relação à meta histórica é de 93,37%. A apresentação prosseguiu informando o rendimento das carteiras não apenas do PREVID, mas também do FUNAPREV e do PREVMILITAR, detalhando o valor que cada um dos três Fundos gerou para a Cearaprev. O PREVID gerou R\$ 37.184.974,02, o FUNAPREV, que é o fundo deficitário dos servidores civis, rendeu R\$ 7.495.938,97, e o PREVMILITAR, também deficitário e relacionado aos Militares, rendeu ao final do trimestre R\$ 3.015.178,83. No total, os três Fundos acumularam no 1º trimestre R\$ 47.696.091,80 para a Cearaprev. O Presidente Marcelo Monteiro comentou que não é possível ganhar em todas as situações. Sempre haverá casos em que se ganha em um aspecto e se percebe uma perda em outro, pois, na verdade, só se perde se vender. Pedro Paulo mencionou que o governo tem trabalhado no ajuste da segregação, considerando o superávit que é diretamente influenciado pelas metas atuariais definidas pela Cearaprev. Ele perguntou, considerando dois anos consecutivos sem atingir a meta, se o ajuste já foi incorporado no cálculo da segregação ou se há uma estimativa maior para as definições das futuras metas, e como isso está sendo trabalhado. **Sérgio Bastos explicou que a avaliação atuarial considera tanto o presente quanto o futuro, o que justifica sua realização anual. Ele destacou que o superávit da meta atuarial tem atualmente um peso maior do que o dos anos anteriores. Sérgio sugeriu que essa questão poderia ser explicada mais detalhadamente e ser incluída como pauta em uma próxima reunião, recomendando a presença do diretor de estudos econômicos e atuariais, Isaac Figueiredo. O Sr. Átila de Oliveira propôs que na próxima pauta houvesse um detalhamento da segregação, incluindo os custos envolvidos e o impacto no fundo de caixa.** A apresentação seguiu com uma análise de risco da carteira. Este é considerado muito importante para garantir que todas as decisões estejam alinhadas com a Política de Investimentos estabelecida. O “Value at Risk” (VaR) é um

método para avaliar o risco em operações financeiras. O *VaR* resume, em um número, o risco de um produto financeiro ou o risco de uma carteira de investimentos. Esse número representa a pior perda esperada em um dado horizonte de tempo e é associado a um intervalo de confiança. Essa técnica visa quantificar o risco de mercado, ou seja, o risco de perdas monetárias decorrentes da variação de preços, taxas de juros ou taxas de câmbio, explicou o diretor Paulo Sucupira. Diante do exposto, a pior perda esperada para a carteira PREVID no período de 21 dias com 95% de confiança seria de R\$ 6.631.582,40 (*VaR* PREVID = 0,45%). Continuou demonstrando que o *VaR* dos artigos 7º (0,20%), 8º (5,99%) e 9º (5,51%), permanecem dentro dos limites estabelecidos na Política de Investimentos 2024, que são 5%, 20% e 20% respectivamente. Para o art. 7º, Paulo Sucupira destacou os valores mais elevados, foram eles: os Títulos Públicos (NTN-Bs) marcados a mercado com vencimentos para 2040 (2,26%) e 2060 (2,85%) e dois fundos o FI CAIXA BRASIL IRF-M1+ TP RF LP (1,19%) e o FI CAIXA BRASIL 2030 III TP RF (1,25%). No artigo 8º o destaque foram os fundos BB AÇÕES CONSUMO FIC (12,18%) e o FIA CAIXA SMALL CAPS ATIVO (9,03%). Paulo Sucupira continuou sua apresentação passando para o próximo item: Edital de Credenciamento, que servirá como critério para o credenciamento de administradores e gestores de Fundos de Investimentos; distribuidores de produtos de investimentos; custodiantes de ativos financeiros; Instituições Financeiras bancárias emissoras de ativo financeiro de Renda Fixa; corretoras e distribuidoras de Títulos e valores imobiliários e Fundos de Investimento. Ele apresentou o documento na íntegra. Enfatizou que o objetivo deste edital seria disciplinar o credenciamento das instituições financeiras que poderão operar com a Cearaprev, conferindo critérios de segurança e transparência. Marcelo Monteiro perguntou se o Regime Próprio de Previdência do município de Recife tem mais recursos que o do estado do Ceará, e Paulo respondeu que sim, pois foram constituídos há mais tempo. Paulo finalizou sua apresentação após mostrar todo o edital de credenciamento. Paula Thiers pediu para fazer uma colocação a respeito da lei complementar nº 328 que estabeleceu a revisão da segregação da massa dando ênfase ao critério “a elaboração de estudo técnico atuarial demonstrando a viabilidade financeira e atuarial da medida.” Sérgio Bastos iniciou sua apresentação sobre o item **3) Informes do Controle Interno Setorial sobre as Prestações de Contas Anuais de Gestão**, que está na sua reta final, no último mês de prestações da Cearaprev e é feita no sistema Ágora que tem diversos módulos. Foi passado para todos os setores para que preenchessem o sistema ágora e é acompanhado e cobrado pela assessoria de controle interno- Ascoi. Marcelo Monteiro comentou que a lei orgânica de prestação de conta estabeleceu que quando ocorre uma mudança de gestão como aconteceu recentemente com a Cearaprev, a instituição precisa fazer uma apresentação de prestação de conta extraordinária. Marcelo questionou se Sérgio Bastos tem acompanhado as contas que estão em julgamento no que foi respondido que não teve nenhum julgamento recente. Paula Thiers pediu a palavra e explicou sobre o **4) pró gestão** e o desejo da Fundação em aderir tal certificação. Explicou que a Cearaprev já possui a adesão e a meta é o ingresso para o nível dois. Marcelo Monteiro comentou que ser reconhecido como nível pró gestão gera benefícios pro estado em termos de reconhecimento da emissão da certidão previdenciária, então é uma forma de fortalecer a Cearaprev em relação ao Regime Próprio de Previdência

Social. A próxima reunião ficou marcada para o dia vinte e dois (22) de julho. Sendo esses os assuntos da reunião, e não havendo mais nada a ser tratado, o Presidente agradeceu os presentes na reunião e deu por encerrada a reunião, às 16h00 (dezesseis horas), da qual eu, Elayne Nagle Aguiar Oliveira, participei e lavrei a presente Ata assinada pelos membros titulares presentes e/ou suplentes representando.

Fortaleza - CE, 10 de junho de 2024.

**MARCELO DE SOUSA MONTEIRO**  
Presidente do COFIS

**PEDRO PAULO LOPES VIEIRA**  
Conselheiro titular

**ÁTILA EINSTEIN DE OLIVEIRA**  
Conselheiro titular